

PERFIL FEMININO NO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE DA PERSONAGEM MARIA DO CARMO EM *A NORMALISTA*, DE ADOLFO CAMINHA

Patrícia Saldanha Vasconcelos¹

¹Mestra em História e Letras UECE, Quixeramobim-CE, Brasil
(patricia.vasconcelos@prof.ce.gov.br)

Resumo: O Naturalismo enquanto movimento literário ocorreu em um contexto histórico e social de muitas transformações que vão desde a abolição da escravatura até a Proclamação da República. Visando retratar a sociedade brasileira, o movimento literário teceu fortes críticas à mesma, destacando-se, neste cenário, dentre outras obras, *A Normalista* (1893), escrita por Adolfo Caminha, que traz para o contexto literário a personagem Maria do Carmo, retirante que sofre para além das marcas da seca a submissão imposta pela sociedade patriarcal. Nesta senda, busca-se, no presente artigo, analisar a construção da personagem feminina Maria do Carmo à luz da crítica literária de gênero, compreendendo a condição feminina no século XIX. Para tanto, este estudo ancora-se nos pressupostos teórico-críticos de Azevedo (2007), Beauvoir (2016), Bourdieu (2001), Chauí (1985), Saffioti (2009), Schwarz (2012), entre outros. Como resultado, esperamos contribuir com as pesquisas realizadas acerca dos estudos literários que versam sobre a construção histórica da figura da mulher.

Palavras-chave: *A Normalista*; Crítica Feminista; Leitura Feminista; Literatura Brasileira.

INTRODUÇÃO

Adolfo Caminha (1867-1897) foi um dos principais representantes do Naturalismo no Brasil. Natural de Aracati, município cearense, mudou-se ainda muito jovem para o Rio de Janeiro tendo em vista o falecimento de sua mãe, vitimada pela seca de 1877. Ingressou na Marinha, onde concluiu seus estudos, ocupando o posto de segundo tenente. Em 1886, em decorrência do seu trabalho náutico, viajou para os Estados Unidos, onde escreveu o relato de tal viagem no livro “*No país dos Ianques*” (1894). Após alguns anos, transferiu-se para Fortaleza, onde escreveu “*A Normalista*” (1893), entre outras obras.

No campo das letras, Caminha inspirou-se no escritor naturalista Émile Zola¹ adotando a estética e preceitos dessa corrente literária. Sua crítica contundente marcou o Brasil dos últimos anos do Segundo Reinado e primeiros anos da República, tocando em questões delicadas como estupro, homossexualismo, incesto e a falsidade presente na vida da corte. Acerca dele e de sua obra Azevedo (2007) ressalta que:

Cada um dos três romances de Adolfo Caminha, (...) representa uma resposta: A Normalista (1893),

mostrando uma jovem seduzida pelo padrinho, atacava a sociedade hipócrita de Fortaleza dos anos 80 do século XIX, que condenou a união do escritor com uma mulher que, por ele, abandonara o marido; Bom-crioulo (1895), falando do relacionamento homossexual entre os marinheiros Amaro e Aleixo, expunha alguns dos problemas da Marinha Imperial, da qual Caminha foi praticamente obrigado a se demitir, em virtude do citado escândalo; e Tentação (1896), relatando a decepção de um casal de provincianos em contato com as falsidades da vida na Corte, pinta, de maneira ácida, o ambiente vivido pela Capital no declínio do Segundo Reinado. Adolfo Caminha nunca se adaptou ao Rio de Janeiro, vivendo sempre à margem dos grupos intelectuais e tendo seus livros atacados pela crítica (AZEVEDO, 2007, p. 86).

Para além dos temas já citados, Adolfo Caminha contribuiu também ao retratar particularmente o cenário da sociedade cearense da época marcada pelo forte impacto do colonialismo que, por sua vez, trouxe consigo um arcabouço ideológico que favoreceu o patriarcado, tendo como modelo central a figura masculina que detinha autoridade e poder. A mulher, neste contexto, devia obediência ao homem e deveria

¹ Escritor naturalista francês, autor de diversas obras influentes, como: Naná e Germinal.



desempenhar apenas as funções de mãe, esposa e em alguns casos, professora. Nestes termos, a obra de Caminha retratou as relações de gênero sem o uso das máscaras sociais, trazendo à tona as mazelas, o animalesco da alma humana, a violência, a submissão e os seus efeitos mais devastadores.

Em *A Normalista* (CAMINHA, 1985), objeto desta análise, é notório as fortes marcas do naturalismo, como por exemplo, a descrição do personagem João da Mata que é caracterizado como um ser desprezível que usa seu cargo de comissário de socorros da seca para conseguir vantagens. Dotado de um espírito animalesco característico da corrente naturalista, nutre uma atração pela afilhada Maria do Carmo que na sequência da trama será enganada e abusada sexualmente por ele, findando em uma gravidez não desejada. Maria do Carmo é objetificada e silenciada, cujas atitudes de submissão e inércia reforçam o determinismo presente na obra. A construção de tal perfil feminino será examinada nesse trabalho como exemplo da condição subjugada da mulher pela sociedade patriarcal de então.

MARIA DO CARMO: O CORPO OBJETIFICADO

Maria do Carmo é apresentada ao leitor logo no início da obra. Retirante da seca de 1877, a sertaneja chega à casa de João da Mata, seu padrinho, órfão de mãe e acompanhada por seu pai que vê no amanuense a única saída para a sobrevivência da filha. Longe de seus familiares e acolhida pelo padrinho e sua esposa, D. Terezinha, a jovem fica vulnerável às investidas do padrinho que nutre por ela um sentimento de posse e desejo, como pode ser observado no trecho abaixo:

A sua grande paixão, o seu fraco, era a Maria do Carmo, a menina dos seus olhos, a afilhadinha; queria um bem extraordinário à rapariga e tratava-a com um carinho lânguido de amante apaixonado no supremo grau do amor incondicional. Criara-a desde pequena, era como se fosse pai, tinha direitos sobre ela; podia mesmo beijá-la – sem malícia, já se deixa ver – nas faces, na testa, nos braços e até, porque não? na boca (CAMINHA, 1994, p. 19).

João da Mata via Maria do Carmo como sua propriedade, já que o mesmo a mantinha financeiramente, não tendo a jovem condição de sustentar-se sem o seu auxílio. A relação mercantilizada, de posse, reduz a personagem a um patamar de submissão no qual o seu corpo é destituído de qualquer autonomia, estando sujeita às vontades do seu padrinho, como retrata o excerto abaixo:

Não era precisamente receio de que o Zuza pudesse iludir a rapariga desonrando-a e atirando-a por aí ao desprezo; era como revolta do instinto, uma espécie de egoísmo animal que o torturava,

acendendo-lhe todas as cóleras, dominando-o, como se Maria fosse propriedade sua, exclusivamente sua por direito inalienável (CAMINHA, 1994, p. 22).

Neste contexto, a personagem Maria do Carmo é descrita no início da obra a partir de seus atributos físicos, sem a menção de outras características da personagem como o valor moral e a qualidade do espírito, evidenciando a condição de objetificação da protagonista, retratada como uma mercadoria: “muito nova, com um belo arzinho de noviça, moreno-clara, olhos cor de azeitona e carnes rijas” (CAMINHA, 1994, p. 16). Assim, institui-se o modelo de dominação, no qual, segundo Saffioti (2009, p. 10)

as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens [...]. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Esta soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão.

Nesta perspectiva, a personagem carrega as marcas da opressão patriarcal a partir seu silenciamento, tendo em vista que o narrador onisciente poucas vezes deu voz a Maria do Carmo, com exceção de seus diálogos com Lídia, sua amiga, o que constata a desproporção entre as vozes das personagens, favorecendo a posição masculina em detrimento da feminina. Para Solnit (2017), quando uma mulher tem seu poder de fala comprometido é que se iniciam as práticas de silenciamento que resultam na violência contra o seu corpo e sua personalidade, uma vez que “ter o direito de aparecer e de falar é algo básico para a sobrevivência, a dignidade e a liberdade” (SOLNIT, 2017, p. 28).

Vale ressaltar que a figura de Maria do Carmo contrariava a imagem da sertaneja retirante retratada nas artes e nas letras, pois “era digna de figurar em qualquer salão aristocrático (...) não se compreendia como uma simples retirante saída há pouco das Irmãs de Caridade fosse tão bem feita de corpo, tão desenvolva e insinuante” (CAMINHA, 1994, p. 25). A figura esquelética, maltrapilha e analfabeta das sertanejas nada aproximava-se da descrição da personagem, no entanto, sua sina era a mesma, não poderia fugir do determinismo que imprimia o seu destino enquanto parte de um cenário seco, de uma vida miserável, sem dignidade, a depender de um favor que viesse salvá-la.

Roberto Schwarz no capítulo de seu livro intitulado *Ao vencedor as batatas* (2012) traz a política do favor produzida pela colonização a partir da abolição que instituiu uma nova classe social, as dos homens livres. Para Schwarz (2012, p. 5), “o favor é a nossa mediação quase universal (...) é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação de Brasil,

involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção”.

Neste sentido, temos que as relações de trabalho eram atravessadas pelo favor, que por vezes, geravam algum patrimônio como nos diz Marques (2018) ao mostrar o modo como os moradores da Rua do Trilho ganhavam a vida utilizando-se da política do favor:

O modo de ganhar a vida dos moradores da Rua do Trilho era, no final das contas, mediado pelo expediente do favor, nos termos que Roberto Schwarz descreveu em “As ideias fora do lugar”: “E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade e o funcionário para o seu posto” (MARQUES, 2018, p. 137).

O caso mais típico é o de João da Mata, que conseguira certo patrimônio por meio de favores e conchavos (MARQUES, 2018, p. 137). No entanto, para além das relações de produção, a prática do favor, como apresentamos, perpassava de igual modo às relações de gêneros ao estabelecer o paradigma do dominador e do dominado. Essa herança escravocrata animalizava a mulher que passava a ser propriedade do homem, cabendo à mesma apenas a função de servidão e procriação. Afinal, ela estava a depender do favor de um homem para sua subsistência e a sua moeda de troca era o seu próprio corpo. Assim, condicionou-se a personagem Maria do Carmo, mulher branca, leitora e livre, mas envolvida pela dependência causada pelo favor, sujeitava-se às investidas do padrinho como evidencia o fragmento a seguir:

Muitas vezes – ah! –, quase sempre, vinham-lhe ímpetos de reagir com toda a força do seu pudor revoltado, mas ao mesmo tempo lembrava-se que era só no mundo, porque já não tinha pai nem mãe, e podia ser muito desgraçada depois... (CAMINHA, 2007, p. 109).

SEDUÇÃO E SUBMISSÃO

A sedução permeia toda a narrativa de *A Normalista*, desde as investidas do seu padrinho até os galanteios de Zuza. Para João da Mata, Maria passa a ser objeto de desejo logo no início da adolescência, como ressalta o excerto:

Desde a saída de Maria do colégio das Irmãs de Caridade tinha se operado uma mudança admirável nos hábitos de João da Mata. Ela já não era para ele como uma filha; estava quase moça, incomparavelmente mais bonita e fornida de carnes. Já não era, que esperança! aquela Maria do Carmo da Imaculada Conceição, toda santidade, magrinha, com uma cor esbranquiçada e mórbida de cera velha, o

olhar macilento, a falar sempre no padre Reitor e na Superiora e na Irmã Filomena e noutras pieguices (CAMINHA, 1994, p. 20)

Assim sendo, observamos que o período que marca a saída de Maria do Carmo do colégio das Irmãs assinala o início de sua adolescência e ingresso na escola Normal. O arquétipo de menina devota transformado em mulher atraía os olhares inescrupulosos do padrinho, no entanto, mantinha-se o estereótipo, tanto na Maria menina como na Maria mulher, de sexo frágil, devendo portanto, ser submissa e passiva. Para Simone de Beauvoir (2016), a dominação masculina estabeleceu-se a partir da escrita de códigos, leis e livros sagrados escritos por homens nos quais reforçam, registram e defendem a inferioridade feminina.

O fato de Maria estar inserida em um contexto escolar, o que era privilégio para aquele período histórico, não a emancipava. A escola Normal da época tinha o objetivo de instruir as alunas para o exercício da docência. Segundo Guacira Lopes Louro, no artigo *Mulheres na sala de aula* (2015), ainda que o magistério fosse uma profissão respeitada na sociedade, a figura da professora assumia uma condição maternal, associada até à imagem de Nossa Senhora, sendo a escola uma extensão do lar ao ponto da capacidade feminina em exercer a profissão ser questionada, como foi o caso do médico Tito Lívio de Castro, que considerava o poder cognitivo feminino aproximado ao infantil, incapacitando-as para o exercício docente.

Desde então, de forma maquiavélica, o padrinho usava de todas as artimanhas para tirar vantagens sexuais sobre a afilhada

Maria punha-o doido com os seus belos olhinhos cor de azeitona. A sua imaginação criava planos fantásticos, inexecutáveis, por meio dos quais ele pudesse iludir a afilhada, e, zás! tirar-lhe o lírio branco da virgindade. Não queria precipitar-se com risco de um escândalo comprometedor, isso não. Preferia insinuar-se pouco a pouco, devagar, no ânimo da pequena, sem a sobressaltar, fazendo-lhe todas as vontades, de modo que, na ocasião oportuna, no momento preciso ela se entregasse prontamente, sem resistência (CAMINHA, 1994, p. 145).

Neste trecho, observamos que as más intenções de João da Mata são mascaradas de cuidados, fazendo parte de um plano que logo iria se concretizar. Dessa forma, Maria do Carmo foi submetida à violência de forma gradual, um dia, um beijo na boca, no outro, o corpo violado como uma escrava submissa ao seu dono. A condição subalterna feminina estava traçada, visto que no século XIX a mulher estava condicionada à tutela do pai, marido ou algum outro homem responsável. Não poderia votar, não possuía voz na imprensa, muito

menos na literatura. Desse modo, Maria do Carmo não resiste aos valores e leis da scA repressão sexual pode condição vulnerável irá levá-la a sofrer inúmeros abusos físicos e psicológicos, como podemos observar na narrativa na qual o padrinho toca em suas partes íntimas:

Com efeito, Maria agora, para não desagradar ao padrinho, obedecia-lhe cegamente, com a resignação indolente, fria duma escrava. Que havia de fazer, ela uma pobre filha adotiva, se o padrinho era quem lhe dava de comer e de vestir? Consentia, pudera não! sem a menor resistência, que o amanuense afagasse-lhe o bico dos seios virgens e lhe passasse a mão pelas coxas tenras e polpudas (CAMINHA, 1994, p. 10).

A fim de justificar seus atos, João da Mata usava de todos os artifícios, inclusive tenta legitimar seu comportamento ao citar o cônego Feitosa, que segundo ele: “era um sacerdote sem hipocrisia, um padre como ele entendia que deviam ser todos os padres: asseado, inimigo da batina, com *afilhadas* em casa” (CAMINHA, 1994, p. 22) e segue na tentativa de fundamentar seu pensamento ao citar as escrituras

Os padres são fisicamente (e sublinhava a palavra), anatomicamente, fisiologicamente homens como os outros: têm coração, órgãos sexuais, nervos como os outros homens. Portanto, assiste-lhes o mesmíssimo direito de procriação, direito natural e até consagrado pela Escritura (CAMINHA, 1994, p. 22).

Dessa forma, através do personagem João da Mata, o autor tece uma crítica à igreja católica que segundo Gebara (2017), a mesma também busca justificar suas mazelas através das escrituras:

Os conceitos religiosos que construíram nossa teologia católica fundamentaram-se sobretudo na filosofia grega e na política romana. Por meio deles impuseram-se crenças, violaram-se direitos, justificaram-se guerras, mantiveram-se privilégios e criou-se a ideia de que a felicidade está no além (GEBARA, 2017, p. 49).

Assim, João da Mata não considera-se culpado, pelo contrário, ao protagonizar uma cena de ciúmes, acusa Maria: “- Mas eu sei quem é a culpada, acrescentou furioso; a culpada é a Sra. D. Maria do Carmo, porque se atreve a olhar para ele!” (CAMINHA, 2010, p. 16). A mulher no contexto misógino e discriminatório do século XIX, deveria arcar com a culpa, sendo essa responsabilização mais uma representação da opressão sexista, na qual a mulher recatada possuiria menos chances de ser violentada, garantindo assim a manutenção dos papéis de gênero, fazendo com que as mulheres aceitassem tais regras sociais. Conforme Chauí (1985),

ser considerada como um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidos histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade, pois, como inúmeras expressões sugerem, o sexo é encarado por diferentes sociedades (e particularmente pela nossa) como uma torrente impetuosa e cheia de perigos – estar “perdido de amor”, “cair de amores”, ser “fulminado pela paixão”, beber o “filtro do amor”, receber “as flechas do amor”, “morrer de amor”. (CHAUÍ, 1985, p. 9).

Diante de tal contexto tão adverso, Maria do Carmo apaixonou-se por Zuza, jovem estudante de Direito, filho do coronel Nunes. Para ele, o homem trabalhava e cabia à mulher as tarefas domésticas e a procriação e sua verdadeira intenção era aproveitar-se de da inocência da protagonista para se divertir com ela, pois, para ele, ela era uma pobre com aspirações à ascensão social. Zuza chega a fazer chacota das cartas enviadas por Maria “- Magnífico rol de asneiras para fazer rir a rapaziada de Pernambuco” (CAMINHA, 2010, p. 178), enquanto ela sonha em casar-se com ele. O personagem é contundente ao dizer que “já se foi um tempo de um homem sacrificar posição e futuro por uma mulher pobre. Concluo o meu curso e sigo para a Europa, é o verdadeiro, ora adeus!” (CAMINHA, 2010, p. 174).

Maria sofre assim como tantas Marias de sua época, já que ela representa a mulher comum do século XIX que vê no casamento a possibilidade de salvação, como pode ser observado no trecho a seguir: “Sim, era preciso paciência para suportar tudo até que o Zuza se decidisse a ampará-la sob a sua proteção de rapaz rico” (CAMINHA, 1994, p. 143). Nessa perspectiva, a protagonista representa essas tantas mulheres do século XIX, formadoras da sociedade brasileira como as mulheres indígenas e escravas. A formação do nosso povo deu-se a partir da opressão, submissão e violência contra as mulheres, a identidade nacional em suas bases surgiu a partir de uma cultura patriarcal que faz ressoar seu legado ao considerarmos a violência perpetrada até hoje. Revisitando a trajetória feminina, Lima (2017) afirma que

A imagem construída para a índia nativa foi a de sedenta pela virilidade do invasor branco; para as negras africanas, coube o papel da lascívia, da sensualidade e da promiscuidade, envolvidas em docilidade e encanto sedutores; e às brancas, oprimidas pelas regras de conduta social, restou a pecha de mentora de ardis para burlar o cerco de pais e maridos e buscar prazer em encontros proibidos. A mulher brasileira, produto das três etnias, acabou por carregar a fama de ter herdado o conjunto dessas características. Em sua sexualidade, ela é a imagem do que o elemento masculino criou para desfrutar próprio (LIMA, 2017, p.40).



Encerra-se, desta forma, a expectativa romântica criada pela narrativa, de príncipe encantado, Zuza passa a ser um algoz cruel, que arrepende-se somente de não ter se aproveitado ainda mais da menina como podemos observar em sua fala: “se fôsse outro, até já podia ter feito uma asneira... Arrependia-se agora de não ter aproveitado os melhores momentos... Grandíssimo calouro! podia ter desfrutado a valer” (CAMINHA, 1994, p. 182).

Extremamente decepcionada, quem irá aproveitar-se da normalista é o seu padrinho, João da Mata, consumando o ato que já era anunciado desde o início do romance:

– *Sim, minha cabocla, tudo depende de ti, porque eu também te quero muito bem e não consentiria nunca nesse casamento, se... Olha, deixa-me dizer-te ao ouvido...E, colando a boca no ouvido de Maria:*

– *... se não fosses boa para teu padrinho.*

Pouco a pouco o amanuense ia se deitando ao lado da rapariga, acotovelando-a, machucando-a com o seu corpo ossudo, devagar, cautelosamente.

(...)Um grilo abriu a cantar monotonamente num canto do quarto – testemunha oculta daquela cena inacreditável

(CAMINHA, 1994, p. 141).

Desse modo, a personagem é abusada diante de sua condição de dependência, em sua fragilidade de órfã, refletindo as dificuldades enfrentadas pelas mulheres daquele período. A balança moral do século XIX não se difere muito dos dias atuais, tendo em vista que continua em desvantagem para as mulheres. Seu corpo foi dominado, submetido, ultrajado, seu destino estava selado como o de muitas Marias de sua época, envoltas nas relações sociais hipócritas que até hoje perduram em nossa sociedade.

A cena dantesca em que João da Mata alcança seu objetivo ao violar Maria do Carmo foi anunciada anteriormente: “uma feira escapou milagrosamente de ser preso por um crime de defloração numa menor, criada pelo Dr. Morais e Silva” (CAMINHA, 1994, p. 17). Ainda, em outro trecho: “É verdade que em 77, na seca, tinha desfrutado muita bichinha famosa. Nesse tempo ele era comissário de socorros...Mas nenhuma daquelas retirantes chegava aos pés da afilhada” (CAMINHA, 1994, p.86). Nesse ínterim, o crime foi anunciado, premeditado, arditamente executado e ficou impune. Maria carregaria o peso da culpa seu sofrimento parecia não ter fim: “E enquanto, lá fora, a cidade acordava e a vida recomeçava seu eterno poema de alegrias e dores, Maria procurava no coração de Jesus um conforto para seu doloroso arrependimento” (CAMINHA, 2010, p. 156).

A sociedade é, portanto, a capa protetora masculina, o fio condutor que autoriza a dominação. Pierre Bourdieu, a este respeito, nos diz:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça (BOURDIEU, 2014, p. 22-24).

Em consequência do abuso sofrido, Maria do Carmo engravida. Agora, mais do que nunca estava em dependência de seu algoz, em uma sociedade feita por homens e para homens, em que só restava a sujeição.

NASCIMENTO, MORTE E REMISSÃO

João da Mata, adepto da prática dos *favores*, logo pediu a um amigo para acolher Maria do Carmo para que ninguém notasse a gravidez. Maria segue reclusa e no dia do nascimento do filho uma grande tragédia se abate sobre ela, pois a parteira não segura a criança deixando-a cair:

Mas era tarde. Ouvia-se uma pancada surda no chão, como a queda de um bolão de barro úmido e, imediatamente, rios de sangue jorraram aos pés da parteira, e no linho branco da camisa de Maria do Carmo desenhou-se larga faixa rubra, de alto a baixo, como uma bandeira de guerra desdobrada (CAMINHA, 2010, p. 267).

Maria do Carmo paga a sua suposta pena, não era digna de ser mãe tendo em vista a forma na qual a criança foi concebida. No entanto, a morte do filho marca também a sua regeneração, o seu retorno à escola normal. O autor deixa uma advertência às mulheres tendo em vista que a personagem não morre, como era comum nas narrativas do Romantismo, no entanto, o sofrimento pode ser maior, como a perda do filho.

A normalista retorna à Escola Normal, agora, noiva do Alferes Coutinho. Sua volta marca o seu renascimento, uma nova etapa, não necessariamente feliz. Maria do Carmo continua na casa do padrinho, não conseguindo livrar-se da desgraça determinista. Futuramente, será uma mulher casada, com um homem que não ama, e a história se repete, em outro nível, consentido e permeado pelas máscaras sociais.

Assim, notamos que a personagem não consegue livrar-se dos modelos impostos pelo patriarcado que a objetifica e a subjuga. A força naturalista que atravessa a obra reforça o determinismo biológico imposto à mulher, negando-a o direito ao uso da sua inteligência e criticidade, silenciando a sua voz, reduzindo-a a uma condição passiva. Tal modelo corroborou para que a mulher até hoje não seja valorizada por sua competência intelectual e sim, por atributos físicos e morais que agradam, sobretudo, aos homens.

CONCLUSÃO



Adolfo Caminha desnuda a sociedade, trazendo à tona as mazelas de uma Fortaleza do século XIX. O retrato da condição humana construído pelo autor desperta uma reflexão sobre a condição da mulher, principalmente, da personagem Maria do Carmo. Bourdieu (2014) ao definir violência simbólica como sendo uma forma de poder que atua sobre os corpos, sem coação física mas a partir de uma estrutura fortemente internalizada na sociedade, nos ajuda a compreender a condição resignada da protagonista.

Desse modo, os homens presentes no romance de Adolfo Caminha se revestem dessa violência simbólica protegidos por um poder dado pela sociedade patriarcal que, por sua vez, suaviza, mascara e silencia a violência.

Nestes termos, os comportamentos machistas da época são reproduzidos na obra, bem como os estereótipos femininos engendrados pelo sistema patriarcal. A condição feminina reduz-se à “dona de casa” ou a “mulher da vida” o que apaga as demais possibilidades, anulando a sua individualidade, silenciando a sua voz e, assim, desqualificando a complexidade das mulheres que ficam resumidas a tipos frágeis e subjugados.

Desse modo, constatamos que o universo fictício presente em *A Normalista* reverbera em nossa atualidade, uma vez que a literatura apresenta-se como campo propício para tratar dos conflitos da condição humana, a tal ponto que cria uma identificação do leitor com os personagens. E é a partir desse mergulho na narrativa que podemos ouvir as vozes femininas de nossas antepassadas, mulheres reais tão iguais às mulheres de hoje que ainda se encontram silenciadas pela ideia de que não podem livrar-se do provedor de seu sustento.

Cabe destacar que as discussões sobre a *Normalista* não se esgotam aqui. Caminha certamente contribuiu ao desenhar o cenário social da Fortaleza do século XIX, ao tocar nas questões humanas e, sobretudo, ao desnudar a verdadeira face da sociedade patriarcal oitocentista.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sânzio de. Adolfo Caminha e o Naturalismo. **O eixo e a roda**: v. 14, Belo Horizonte, (s.n.), 2007.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Trad. Sérgio Milliet. 3ed. Rio: Nova Fronteira. v.2, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CAMINHA, Adolfo. **A Normalista**. Rio de Janeiro: Editora FTD, 1994.

CAMINHA, Adolfo. **No país dos Ianque**. Rio de Janeiro: Editora FTD, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual**: essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio**: uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LIMA, Alberto. **Quem é essa mulher?**. Edição Kindle. Recife: Cepe, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MARQUES, R. A. **A Nação vai à Província**: do Romantismo ao Modernismo no Ceará. 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2018. v. 1.

SAFFIOTI, Heleieth I. **Ontogênese e filogênese do gênero**: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra as mulheres. Série de estudos e ensaios. Brasil: FLACSO, 2009.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2012.

SOLNIT, Rebecca. **Os homens explicam tudo para mim**. São Paulo: Cultrix, 2017.